



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Controladoria-Geral da União



**Relatório de Auditoria
Exercício de 2013**

Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW

Projeto KfW/BMZ/2003.66.658

Brasília/DF, 2014



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO N°: 201408045

UCI: SFC/DIAMB - Coordenação-Geral de Auditoria da Área do Meio Ambiente

EXERCÍCIO: 2013

UNIDADE AUDITADA: SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO

CIDADE: Brasília

UF: DF

RELATÓRIO DE AUDITORIA

I – INTRODUÇÃO

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço nº 201408045, e consoante o estabelecido na Seção VII do Capítulo VII da Instrução Normativa SFC nº 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados na gestão do Projeto “Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia – BMZ 2003 66 658”, firmado mediante Contrato de Contribuição Financeira e de Execução, em 16/12/2011, e Acordo em Separado, entre o Ministério do Meio Ambiente – MMA e o Banco alemão *Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW*, com base no Acordo de Cooperação Financeira Oficial, assinado em 14/05/2008, entre o Governo da República da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, aprovado por meio do Decreto Legislativo nº 700, de 07/10/2009, e por Decreto Presidencial, relativo ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013.

II – ESCOPO DO TRABALHO

Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede do Serviço Florestal Brasileiro, em Brasília/DF, no período de 14/07/2014 a 22/08/2014, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, as quais são compatíveis com as Normas Internacionais de Auditoria (NIA), aprovadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), tendo como objetivo verificar:

- a) a execução do Projeto em confronto com as metas estabelecidas no plano de trabalho;
- b) a adequabilidade dos controles internos contábeis, financeiros, patrimoniais e administrativos mantidos pela coordenação do projeto;





- c) o cumprimento, pelo mutuário, das cláusulas contratuais de caráter contábil, financeiro e gerencial;
- d) de forma integrada, a conformidade dos processos de licitação/seleção com as políticas do Banco e da legislação nacional aplicável, a adequabilidade dos pagamentos realizados e das solicitações de desembolso apresentadas ao Banco;
- e) a adequada apresentação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do Projeto.

Nenhuma restrição foi imposta aos nossos exames, tendo sido prestadas todas as informações e explicações solicitadas. Os critérios de seleção, a representatividade das amostras de gastos e o escopo das análises aplicadas pela equipe estão a seguir indicados:

- a) Diárias e Passagens: Não houve pagamento de diárias ou passagens no âmbito da coordenação do Projeto, no exercício de 2013, mas gastos com refeição, transporte e hospedagem para grupo beneficiado pelo Projeto para participação em reunião de Conselho consultivo das FLONAS Itaituba I e II, onde foram realizados gastos no montante de R\$5.241,00, tendo sido o montante total objeto de nossa análise.
- b) Aquisição de Bens, Obras e Serviços: Relativamente ao exercício de 2013, foram realizadas análises sobre quatro processos de aquisição, selecionados pelos critérios de materialidade, equivalendo a aproximadamente 55% das contratações do período, perfazendo o montante total de R\$ 1.188.362,77.
- c) Contratação de Serviços de Consultoria: Ao longo do exercício de 2013, foi conduzida a maior parte das etapas para a contratação da Consultoria de apoio à gestão, procedimentos que foram integralmente analisados por esta equipe.
- d) Gerenciamento de Bens Patrimoniais: No exercício de 2013, foram adquiridos 11 veículos para utilização em FLONAs específicas, constando para esses, inventário patrimonial, termos de transferência e relatórios de uso, que foram objeto de análise.
- e) Comprovante de Gastos: Durante o exercício de 2013, foram declarados gastos no valor de € 362.283,13, equivalente a R\$ 1.099.805,96, referente a despesas no âmbito dos Componentes 1 e 2. Tendo sido objeto de nossa análise a documentação encaminhada, bem como as despesas mencionados nos itens anteriores.



III – RESULTADO DOS EXAMES

1. RECURSOS EXTERNOS

1.1 OUTROS AGENTES FINANCIADORES

1.1.1 OUTROS AGENTES FINANCIADORES

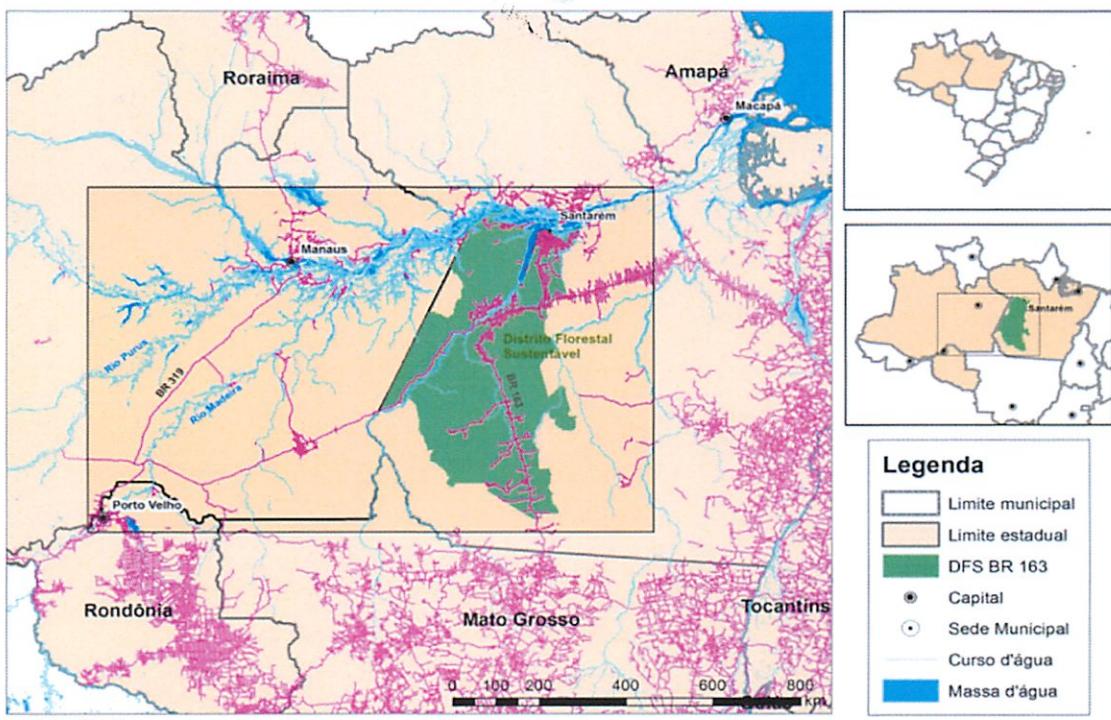
1.1.1.1 INFORMAÇÃO

Informações gerais do Projeto

O Projeto “Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia – BMZ 2003 66 658” tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e a conservação das florestas da Amazônia Legal e seu custo foi estimado em €36,4 milhões, sendo de até €15 milhões a contribuição a título de doação proveniente do KfW.

O Projeto tem duração prevista de 4 anos e consiste em ações para a implementação da “Política Nacional de Gestão Florestal”, conforme Lei de Gestão das Florestas Públicas (Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006). Seu objetivo é “Promover a gestão das florestas públicas para a produção sustentável, fomentar o manejo florestal e a silvicultura com espécies nativas visando a agregação de valor aos produtos florestais na Amazônia brasileira, em especial na região sob influência da rodovia BR-163 e na região dos rios Purus e Madeira”.

Área de abrangência do Projeto



O órgão executor é o Serviço Florestal Brasileiro – SFB e o co-executor, o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade – ICMBio, não existindo previsão de descentralização de recursos.



Os seis componentes do Projeto estão distribuídos da seguinte maneira:



COMPONENTES DO PROJETO	Unidade Responsável
Componente 1 – Fortalecimento Institucional do SFB: Unidades Regionais e Bases Operacionais do SFB instaladas, equipadas e em funcionamento.	SFB
Componente 2 – Implementação de Florestas Nacionais – FLONAs: Florestas Nacionais (FLONAS) nas regiões BR 163 e Purus-Madeira implementadas.	ICMBio
Componente 3 – Treinamento e Capacitação para o Manejo Florestal: Engenheiros, técnicos, operários e tomadores de decisão (servidores públicos e lideranças) capacitados em manejo florestal sustentável (exploração de impacto reduzido).	SFB
Componente 4 – Difusão de sistemas de produção silvicultural com espécies nativas: Sistemas de produção silvicultural com espécies nativas difundidas e adotados por proprietários da região de influência da Rodovia BR-163 e na região do Purus-Madeira.	SFB
Componente 5 – Difusão tecnológica para a utilização de resíduos florestais para a produção de energia: Resíduos florestais provenientes do manejo florestal e do beneficiamento primário de madeira aproveitados para a geração de energia.	SFB
Componente 6 – Coordenação do Projeto: Projeto coordenado e implementado de forma eficiente e em conformidade com as diretrizes estabelecidas.	SFB

A atividade de coordenação do Projeto está sob responsabilidade formal do Comitê Estratégico e sua execução, pela Coordenação Executiva, com composição publicada no DOU 137, de 18/07/2013, fl. 46, número 282. Também estão previstas atividades executórias no âmbito das estruturas do SFB e do ICMBio.

Coordenação e Execução do Projeto

1 – Comitê Estratégico: 2 servidores do SFB; 2 servidores do ICMBio; e 1 servidor da SECEX MMA.

Atribuições:

- ✓ Direcionamento estratégico
- ✓ Aprovação de relatórios de progresso e planos anuais, e
- ✓ Articulação com outros órgãos e programas federais e estaduais, no interesse do Projeto.

2 – Coordenação Executiva: Coordenador Executivo, Representantes do SFB, Representante do ICMBio e 2 Coordenadores das Unidades de Execução.

Atribuições:

- ✓ Coordenar o Projeto
- ✓ Elaborar planos anuais
- ✓ Preparar relatórios de progresso
- ✓ Monitorar sistematicamente o desempenho e os impactos do Projeto
- ✓ Consolidar as informações financeiras

Cabe também à Coordenação Executiva a relação com o KFW para as solicitações de desembolso.

3 – Unidades de Execução de Projeto no SFB e ICMBio

Atribuições:

- ✓ Planejar, coordenar e executar as atividades do Projeto;
- ✓ Preparar e acompanhar consultorias técnicas;
- ✓ Preparar a aquisição de produtos e serviços;
- ✓ Implementar o monitoramento e acompanhamento do Programa;
- ✓ Acompanhar, coordenar e administrar a execução financeira e preparar relatórios financeiros; e
- ✓ Coordenar os recursos humanos envolvidos na execução e implementação das atividades do Projeto.

Fonte: Acordo em Separado e Resposta à Solicitação de Auditoria 201408045-05.





A Consultoria contratada também terá participação na Execução do Projeto.

Conforme item 3.2, do Anexo 06 do Acordo em Separado, está descrita a previsão de desembolsos diretos” do KFW para os serviços de “Consultoria e Engenharia” e desembolsos simplificados, na modalidade “reembolso simplificado”, para os demais grupos de despesa, em que pese só ter ocorrido contratação direta para Consultoria de apoio à gestão.

Completos os quatro anos do projeto, os desembolsos do Banco poderão deixar de ocorrer, mediante comunicação prévia em 31 de dezembro de 2016.

As aquisições ocorrem separadamente pelas unidades executora e co-executora, e respectivos componentes, considerando-se o Cronograma do Projeto e o Plano Operativo Anual vigente. Quando a contratação ou aquisição ultrapassa o montante de €100.000,00, a documentação correspondente deve ser encaminhada para “não objeção” do Banco.

Os gastos são realizados com recursos próprios do Orçamento Geral da União – OGU, com o adiantamento de recursos pelo Tesouro Nacional, ao longo do exercício, e, após envio e aprovação da Prestação de Contas pelo KFW, é realizado reembolso na Conta Especial à disposição da STN/KFW – Meta, referente ao projeto BMZ 2003 66 658. Os pagamentos à Consultoria de apoio à gestão, cuja contratação foi realizada na modalidade de desembolso direto, serão remetidos diretamente a essa pelo Banco, sem trânsito pela Conta Especial.

Em 2013, para a UG 440110 do Projeto, foram declarados gastos de serviços para o componente 1, no valor de R\$ 54.252,66, realizados pelo SFB, e despesas de material de consumo, serviços prestados e equipamentos e materiais permanentes para o componente 2, realizados pelo ICMBio, no valor de R\$ 1.045.553,30.

Estão previstas contratualmente auditorias anuais no Projeto, em conformidade com os termos de referência do KFW para auditores, e, como condição prévia adicional ao último desembolso, o relatório final de auditoria deverá ser apresentado junto com a última solicitação de desembolso. As auditorias têm como escopo de análise os recursos utilizados na "Modalidade de Reembolso", com emissão de parecer acerca dos relatórios financeiros e dos procedimentos de contabilidade correspondentes, que devem ser encaminhados três meses depois de findo o período a que se referem.

1.1.2 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1.1.2.1 INFORMAÇÃO

Atividades pactuadas e baixa execução financeira do Projeto em 2013.

Fato

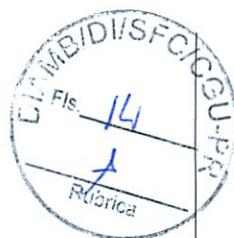
O registro de metas do Projeto consta em Contrato e seu acompanhamento estará a cargo da Coordenação Executiva e da Consultoria de apoio à gestão. O objetivo definido, bem como as atividades e obras previstas para cada um dos componentes são:



Resultados, atividades, ações e obras por Componente.

COMPONENTES DO PROJETO	Unidade Física Responsável
Componente 1 – Fortalecimento Institucional do SFB Resultado esperado: Unidades Regionais e Bases Operacionais do SFB instaladas, equipadas e em funcionamento. Macro atividades: <ul style="list-style-type: none">- Execução de obras e aquisição de equipamentos para as Unidades Regionais e bases operacionais do SFB;- Implementação de um sistema de telecomunicações. Detalhamento das ações: <p>Implementação de florestas nacionais na área de influência do projeto desenvolvendo os seus instrumentos de planejamento e gestão, promovendo a demarcação dos seus limites e dotando-as de infraestrutura necessária. O componente envolve as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none">1.1 Elaborar Planos de Construção para as Unidades Regionais e bases operacionais;1.2 Assistência Técnica para acompanhamento das obras;1.3 Construir Unidades Regionais e bases operacionais;1.4 Adquirir equipamentos;1.5 Implantar um sistema de telecomunicação;1.6 Assistência Técnica para acompanhamento da implementação dos sistemas de telecomunicações; e1.7 Apoiar o funcionamento das unidades regionais e escritórios locais. Obras previstas: <p>Estrutura regional do SFB</p> <ul style="list-style-type: none">- 2 Escritórios Regionais (SFB-Porto Velho e Santarém).- 1 sistema de telecomunicação para o SFB e o ICMBio.	SFB
Componente 2 – Implementação de Florestas Nacionais – FLONAs Resultado esperado: Florestas Nacionais (FLONAS) nas regiões BR 163 e Purus-Madeira implementadas. Macro atividades: <ul style="list-style-type: none">- Execução de demarcações de Florestas Nacionais;- Elaboração de Planos de Manejo;- Construção de infraestrutura básica e aquisição de equipamentos para FLONAs;- Implementação de Conselhos Consultivos nas FLONAs; e- Capacitação de funcionários do ICMBio. Detalhamento das ações: <p>FLONAS demarcadas, com planos de manejo aprovados, conselhos consultivos em atividade e dotadas de infraestrutura necessária para a sua gestão envolvendo as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none">2.1 Mobilizar e sensibilizar as famílias residentes para os processos de demarcação;2.2 Demarcar os limites de 8 FLONAs;2.3 Fiscalizar a demarcação;2.4 Elaborar Planos de Manejo;2.5 Elaborar projetos de construção de infraestrutura básica para 17 FLONAs;2.6 Assistência Técnica para acompanhamento das obras;2.7 Construir infraestrutura básica;2.8 Adquirir Equipamentos;2.9 Implementar gestão em 17 FLONAs;2.10 Implantar Conselhos Consultivos; e2.11 Capacitar os funcionários. Obras previstas: <p>Implementação de FLONAs</p> <ul style="list-style-type: none">- 15 bases operacionais para o ICMBio.- 2 Escritórios Regionais para o ICMBio.	ICMBio
Componente 3 – Treinamento e Capacitação para o Manejo Florestal Resultado esperado: Engenheiros, técnicos, operários e tomadores de decisão (servidores públicos e lideranças) capacitados em manejo florestal sustentável (exploração de impacto reduzido).	SFB





Macro atividades:

- Implementação de um Centro Regional de Treinamento em Manejo Florestal Sustentável; e
- Capacitações.

Detalhamento das ações:

Capacitar operários e técnicos envolvidos na exploração florestal e produtores comunitários em técnicas de manejo florestal e exploração de impactos reduzidos. O componente envolve as seguintes atividades:

- 3.1 Elaborar modelo de gestão do Centro Regional de Treinamento em Manejo Florestal Sustentável;
- 3.2 Elaborar Plano de Construção para o Centro de Treinamento;
- 3.3 Assistência Técnica para acompanhamento das obras do Centro de Treinamento;
- 3.4 Construir o Centro de Treinamento;
- 3.5 Acompanhamento didático e da concessão para treinamento (Cenaflor/UR do DFS da BR-163);
- 3.6 Contratação de Capacitações; e
- 3.7 Apoio aos deslocamentos de treinados.

Obras previstas:

Treinamento e capacitação para o manejo florestal

- Centro Regional de Capacitação para o Manejo Florestal Sustentável (FLONA: Itaituba, BR 163).

Componente 4 – Difusão de sistemas de produção silvicultural com espécies nativas

Resultado esperado: Sistemas de produção silvicultural com espécies nativas difundidas e adotados por proprietários da região de influência da Rodovia BR-163 e na região do Purus-Madeira.

Macro atividades:

- Elaboração de estudos prévios para a implementação de um Centro de Difusão de Silvicultura com Espécies Nativas; e
- Implementação do Centro (obras e equipamentos).

Detalhamento das ações:

Espera-se como resultado desse componente adotar e difundir sistemas de produção silvicultural com espécies nativas. O componente se desdobra nas seguintes atividades:

- 4.1 Elaborar estudo de viabilidade para implementação do Centro de Difusão da Silvicultura com Espécies Nativas;
- 4.2 Elaborar modelagem institucional do Centro de Difusão da Silvicultura com Espécies Nativas;
- 4.3 Elaborar Plano de negócio;
- 4.4 Elaborar Plano de Construção para o Centro de Difusão de Silvicultura com Espécies Nativas;
- 4.5 Construir o Centro de Difusão de Silvicultura com Espécies Nativas;
- 4.6 Assistência Técnica para acompanhamento das obras do Centro de Difusão de Silvicultura com Espécies Nativas;
- 4.7 Adquirir equipamentos;
- 4.8 Implantar Centro de Silvicultura;
- 4.9 Implantar Áreas de Coletas de Sementes;
- 4.10 Produção de mudas;
- 4.11 Implantar e manter áreas demonstrativas da silvicultura e sistemas agroflorestais;
- 4.12 Realizar Capacitações; e
- 4.13 Disponibilizar assistência técnica para a implantação de Sistemas Silviculturais.

SFB

Obras previstas:

Difusão de sistemas de produção silvicultural

- Centro Regional de Divulgação para o Reflorestamento.

Componente 5 – Difusão tecnológica para a utilização de resíduos florestais para a produção de energia

Resultado esperado: Resíduos florestais provenientes do manejo florestal e do beneficiamento primário de madeira aproveitados para a geração de energia.

SFB

Macro atividades:

- Implementação de unidade piloto de peletização de resíduos; e
- Implementação de unidade piloto de briquetagem industrial.





Detalhamento das ações:

Agregar valor à Produção Florestal, pela melhor utilização dos resíduos das atividades de manejo e processamento da madeira e se desdobra nas seguintes atividades principais:

- 5.1 Identificar as características energéticas e quantificar de forma georreferenciada de 10 a 15 tipos de resíduos florestais de maior expressão;
- 5.2 Identificar processos de tratamento ou condicionamento dos resíduos de biomassa florestal e madeireira para utilização energética;
- 5.3 Implantar uma unidade industrial demonstrativa de compactação de resíduos, com capacidade aproximada de 400 a 500 Kg/h;
- 5.4 Estabelecer o custo de produção da tonelada de compactados produzidos na região da BR 163, e o custo colocado no porto de Belém.

Obras previstas:

Aproveitamento de resíduos florestais para fins energéticos
- 2 unidades piloto de pelletização e de briquetagem.

Componente 6 – Coordenação do Projeto

Resultado esperado: Projeto coordenado e implementado de forma eficiente e em conformidade com as diretrizes estabelecidas.

Macro atividades:

- Serviços de consultoria; e
- Elaboração e implementação de um sistema de monitoramento do Projeto.

Detalhamento das ações:

As principais atividades no contexto deste componente são:

- 6.1 Instituir a estrutura de coordenação do Projeto;
- 6.2 Implantar o sistema de monitoramento;
- 6.3 Desenvolver atividades de comunicação social;
- 6.4 Especificar o sistema de telecomunicações; e
- 6.5 Desenvolver um manual das atividades de demarcação de Unidades de Conservação.

SFB

A execução orçamentária e financeira, no primeiro exercício do Projeto, foi de somente 5,24% do montante inicialmente previsto.

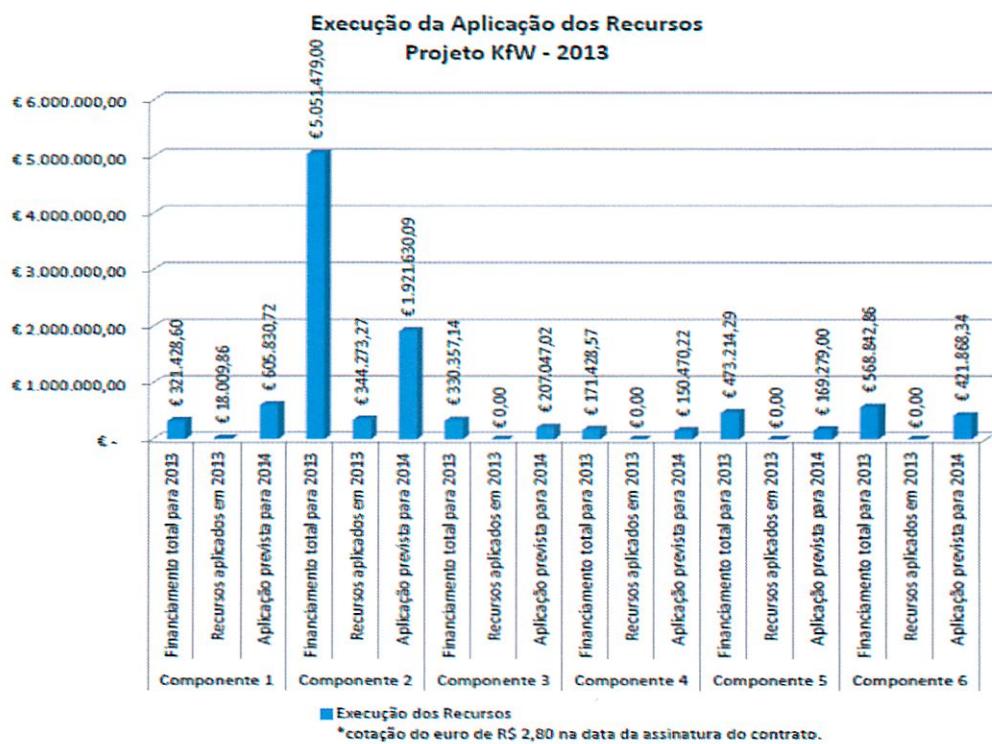
Execução Financeira em 2013

	2013			2014
	Previsão	Execução	%	Previsão
Componente 1	€ 321.428,60	€ 18.009,86	5,6 %	€ 605.830,72
Componente 2	€ 5.051.479,00	€ 344.273,27	6,8%	€ 1.921.630,09
Componente 3	€ 330.357,14	0	0	€ 207.047,02
Componente 4	€ 171.428,57	0	0	€ 150.470,22
Componente 5	€ 473.214,29	0	0	€ 169.279,00
Componente 6	€ 568.842,86	0	0	€ 421.868,34
Total	€ 6.916.750,46	362.283,13	5,24%	-

Fonte: Relatório Semestral de Avanço – Abril 2014 – SFB MMA.

Conforme apresentação realizada pelo gestor do Projeto, a previsão de execução se concentrará principalmente nos exercícios de 2014 e 2015.





Fonte: Apresentação SFB - abril 2014.

O acompanhamento dos resultados, registrados no Relatório semestral de Progresso, deve conter informações sobre “1. Desenvolvimentos nos campos econômico, institucional e/ou político”, incluindo respectivos impactos positivos e negativos e medidas mitigatórias; “2. Atividades realizadas e resultados”, “3. Consecução dos objetivos”, “4. Custos e financiamento, contrapartida”, “5. Operação, manutenção”, incluindo aspectos sobre disponibilidade de pessoal e recursos financeiros nas unidades do SFB e do ICMBio; além de “6. Conclusões e recomendações”.

O primeiro Relatório conteve informações acerca de todos esses itens, no entanto, consideramos que não foram objetivamente pontuados os impactos positivos e negativos que poderão incidir frente ao cenário apontado no item “desenvolvimento no campo econômico, institucional e político”. Considerando-se que, entre os produtos esperados, existe a previsão de que se realize, por exemplo, estudo de “custo de produção de compactados e de sua colocação no porto de Belém”, é oportuna apresentação de informações econômicas mais específicas sobre os itens que serão comercializados ou sofrerão impactos diretos de mudanças econômicas.

Foi mencionado no primeiro Relatório, o quantitativo reduzido de servidores, dificuldades na realização de cotação de preços de serviços e equipamentos e uma questão pontual relativa à ação judicial que delongou a contratação da Consultoria de apoio à gestão. O risco do baixo quantitativo de pessoal será possivelmente mitigado com a entrada dos novos servidores após a recente realização de concurso para a unidade. No entanto, é conveniente que sejam tomadas ações específicas para capacitar funcionários para a condução de processos licitatórios – a fim de evitar gargalos de produção e baixa execução – e mitigar preventivamente outros gargalos identificados em ambas as unidades executoras do Projeto.



1.1.2.2 CONSTATAÇÃO

Definição deficiente de indicadores de acompanhamento de resultado.



Fato

A “Matriz Lógica” do Projeto apresenta indicadores e meios de verificação para os objetivos de desenvolvimento e do projeto, bem como para cada um dos seis componentes. Para 2013 foi informado que os resultados alcançados ainda não começaram a ser efetivamente medidos, mas que essa será uma atividade a ser iniciada assim que a Consultoria de apoio à gestão iniciar suas atividades, provavelmente ainda em 2014.

Indicadores e Meios de verificação

Objetivo de desenvolvimento <i>Promover o desenvolvimento socioeconômico e a conservação das florestas na Amazônia Legal com base no uso sustentável dos recursos florestais.</i>	
Indicadores	Meios de verificação
<u>OD1: Redução do desmatamento</u> no DFS da BR163 e na região dos rios Purus e Madeira, <u>OD2: Geração de emprego e renda adicional para comunidades locais;</u> e <u>OD3: Maior participação do setor florestal na economia regional.</u>	<ul style="list-style-type: none"> Sistema detecção do desmatamento (PRODES). Postos de trabalho o setor florestal (CAGED/MTE e PNAD/IBGE). Contas Públicas (regionalização dos dados IBGE para setor florestal - “PIB Florestal”).
Objetivo do Projeto <i>Promover a gestão de florestas nacionais e fomentar o uso sustentável dos recursos florestais no DFS da BR – 163 e na região Purus-Madeira.</i>	
<u>OP1: Redução de 30% da área anual desmatada em cada Flona ao término do projeto;</u> <u>OP2: Pelo menos uma reunião anual de cada conselho consultivo das 17 Flonas beneficiadas;</u> <u>OP3: Pelo menos 2 milhões de hectares de florestas públicas concedidas para o manejo florestal sustentável até um ano após a conclusão das atividades do projeto;</u> e <u>OP4: 1 milhão de m³ de madeira de origem sustentável produzido por ano,</u> um ano após o término do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> Sistemas de monitoramento orbital (PRODES/DEGRAD/DETEX) e em relatórios de fiscalização do ICMBio. Atas das reuniões dos Conselhos Consultivos. Relatório de Gestão de Florestas Públicas. DOF e Sistemas estaduais de autorização de transporte.
Componente 1	
Indicadores	Meios de verificação
<u>C.1.1 Duas unidades regionais na região BR-163 (Santarém) e Purus-Madeira (Porto Velho) construídas e implantadas;</u> <u>C.1.2 Bases Operacionais nos Municípios de Altamira, Itaituba, Novo Progresso e Humaitá, construído e funcionando; e</u> <u>C.1.3 Sistema de telecomunicação Integrado entre ICMBio e SFB atende às unidade nas regiões da BR-163 e Purus-Madeira.</u>	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de progresso. Verificação in loco.





Componente 2	
Indicadores	Meios de verificação
C.2.1 Quatro Planos de Manejo de Flonas elaborados; C.2.2 Oito FLONAs demarcadas; C.2.3 Infraestrutura básica para 17 FLONAs construída e funcional; C.2.4 Duas sedes bases administrativas de FLONAs construídas, em Itaituba/PA e em Humaitá/AM; C.2.5 Dezessete FLONAs equipadas adequadamente e com servidores capacitados; e C.2.6 Conselhos Consultivos de 17 FLONAs instalados e reunindo-se periodicamente.	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de progresso. • Verificação in loco.
Componente 3	
Indicadores	Meios de verificação
C.3.1 Centro de Referência em Manejo Florestal Sustentável numa FLONA da BR-163 implantado e operando; e C.3.2 Mil pessoas treinadas anualmente.	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de qualidade do manejo florestal praticado na região fornecidos pelo Ibama e pelas OEMAS. • Relatórios de progresso.
Componente 4	
Indicadores	Meios de verificação
C.4.1 Centro de Difusão da Silvicultura com espécies nativas implantado e em funcionamento; C.4.2 Sementes de espécies nativas produzidas e beneficiadas; C.4.3 Mudas produzidas e distribuídas/comercializadas; <u>C.4.4 Unidades Demonstrativas da silvicultura implantadas;</u> e <u>C.4.5 Treinamentos e oficinas de campo realizadas.</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Área plantada com espécies nativas na região de influência da BR-163. • % das áreas desmatadas ilegalmente recuperadas na áreas de influência da BR-163.
Componente 5	
Indicadores	Meios de verificação
C.5.1 Pesquisas de caracterização dos resíduos florestais resultam em maior e melhor utilização dos mesmos, criando novos produtos da floresta; C.5.2 Proposta de classes de qualidade (Sugestão de Normas Técnicas) para peletes e briquetes <u>são desenvolvidas e apresentadas</u> ; C.5.3 Unidade industrial de briquetagem implantada, <u>resultando em agregação de valor ao produto florestal</u> ; C.5.4 Unidade geradora de energia elétrica a partir de resíduos <u>implantada ampliando a geração de energia ambientalmente limpa</u> ; e C.5.5 Peletes e briquetes <u>com qualidade superior encontram novos mercados</u> .	<ul style="list-style-type: none"> • Incremento no mercado de resíduos a partir de cavacos, peletes e briquetes da região da BR-163. • Comunidade isolada atendida com sistema de geração de energia elétrica a partir de resíduos florestais. • Produtos compactados da região sendo comercializados. • Usina de briquetagem implantada em uma Comunidade da BR-163.



DI/SFC/CGU-PR
13
A
Publicado

Componente 6	
Indicadores	Meios de verificação
C.6.1 Produtos e Resultados obtidos em concordância ao planejado, com qualidade e custo compatíveis; C.6.2 Fluxos financeiros adequados à capacidade operacional do SFB e do ICMBio; e C.6.3 Relatórios de progresso e final encaminhados tempestivamente e com a qualidade necessária.	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de progresso.

Fonte: Matriz Lógica do Projeto.

Considerando-se a definição de indicadores prevista no manual de elaboração de indicadores de desempenho do Tribunal de Contas da União “um indicador de desempenho é um número, percentagem ou razão que mede um aspecto do desempenho, com o objetivo de comparar esta medida com metas preestabelecidas”. Com base nessa definição amplamente disseminada no ambiente de gestão, grifamos os termos que caracterizadamente vão de encontro à melhor metodologia adotada, tendo em vista a abrangência dos termos utilizados.

Causa

Deficiência na definição dos indicadores de acompanhamento, na fase de desenho do Projeto, e demora na contratação de Consultoria de apoio à gestão para revisão desses.

Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta à Solicitação de Auditoria 201408045 – 03, em relação aos resultados alcançados no Projeto, em 2013, o gestor informou que “Em virtude da baixa execução física e financeira do projeto, não foi possível avaliar os resultados alcançados pelo mesmo no ano de 2013. Acredita-se que, com a contratação da consultoria de apoio à gestão do projeto, tal atividade passe a ser realizada regularmente.”.

Além disso, foi informado, durante reuniões, que o Projeto foi desenhado em gestão anterior, fator que impossibilitou o acesso a registros e atas de reuniões referentes às discussões das etapas de elaboração do projeto, fator que prejudicou saber em detalhes o embasamento das métricas adotadas.

Análise do Controle Interno

Consideramos bastante positivo o estabelecimento dos meios de verificação dos indicadores, pois esse é um fator que auxiliará muito o acompanhamento de resultados.

Alguns indicadores de resultados como os OP1, OP3 e C.2.2 são bastante audaciosos e requererão um acompanhamento assíduo e zeloso de dados geográficos, estatísticos, políticos e locais, com registro no Relatório Semestral de Progresso.

Conforme estabelecido no manual de elaboração de indicadores de desempenho do TCU, são variáveis a serem empregadas na construção de indicadores custo, tempo, quantidade e qualidade, que aqui apontaremos por meio das perguntas: “Quanto?”, “Onde?”, “Como?”, “O que?”, “Quando?” e “Qual?”.



Os indicadores OD1, OD2, OD3, OP4, C.4.4, C.4.5, C.5.1, C.5.2, C.5.3, C.5.4, C.5.5, C.6.1, C.6.2 e C.6.3 foram definidos com termos muito abrangentes e possivelmente gerarão dificuldades na avaliação de seu alcance por imprecisão e subjetividade, conforme termos sublinhados na tabela a seguir.

Indicadores com fragilidades	Fragilidade
OD1: <u>Redução do desmatamento</u> no DFS da BR163 e na região dos rios Purus e Madeira.	Quanto?
OD2: <u>Geração de emprego e renda adicional para comunidades locais</u> .	Quanto? Onde?
OD3: <u>Maior participação do setor florestal</u> na economia regional.	O que? Quanto?
OP4: <u>1 milhão de m³</u> de madeira de origem sustentável produzido por ano, um ano após o término do projeto.	Aonde? Como?
C.4.4 Unidades Demonstrativas da silvicultura implantadas; e	Quanto? Onde?
C.4.5 Treinamentos e oficinas de campo realizadas.	Quanto?
C.5.1 Pesquisas de caracterização dos resíduos florestais resultam em maior e melhor utilização dos mesmos, criando novos produtos da floresta;	O que? Quanto? Como?
C.5.2 Proposta de classes de qualidade (Sugestão de Normas Técnicas) para peletes e briquetes <u>são desenvolvidas e apresentadas</u> ;	O que?
C.5.3 Unidade industrial de briquetagem implantada, <u>resultando em agregação de valor ao produto florestal</u> ;	Quanto? O que?
C.5.4 Unidade geradora de energia elétrica a partir de resíduos <u>implantada ampliando a geração de energia ambientalmente limpa</u> ; e	Onde? Como? Quanto? O que?
C.5.5 Peletes e briquetes <u>com qualidade superior encontram novos mercados</u> .	Quanto? Onde? Qual?
C.6.1 Produtos e Resultados obtidos em <u>concordância ao planejado, com qualidade e custo compatíveis</u> ;	Quanto? Qual? Como?
C.6.2 Fluxos financeiros <u>adequados à capacidade operacional</u> do SFB e do ICMBio; e	O que? Quanto?
C.6.3 Relatórios de progresso e final encaminhados <u>tempestivamente e com a qualidade necessária</u> .	Quando? Qual?



Considerando-se as boas práticas na construção de indicadores, entendemos salutar a sua revisão, a fim de torná-los mais claros e mensuráveis. Ao proceder à revisão, é importante que não se confundam o estabelecimento de sub-etapas do Projeto com a definição de indicadores de desempenho, haja vista que o primeiro vincula-se a atividades, e o segundo, a produtos e resultados.

Recomendações:

Recomendação 1: Atualizar os indicadores definidos na “Matriz lógica do Projeto”, deixando-os mais claros e mensuráveis, considerando-se as variáveis custo, tempo, quantidade e qualidade.



1.1.3 Avaliação de Controles Internos

1.1.3.1 INFORMAÇÃO

Satisfatória estrutura de Controles Internos no Projeto.



Fato

• Estrutura, equipe e quantitativo de pessoal

A estrutura do Projeto divide-se em Comitê Estratégico, Comissão Executiva e Unidades de Execução, estando ainda previstas atividades de apoio à gestão a serem realizadas pela Consultoria.

Para gerenciamento específico do Componente 2, foi publicada a Portaria nº 353, no DOU de 08/08/2013, instituindo a Coordenação Geral da Unidade de Execução, no ICMBio, com o nome de dois servidores como responsáveis pelo componente. Além disso, existem dois funcionários de contrato de terceirização alocados para a realização de atividades operacionais atinentes ao Projeto. Foi informado ainda o suporte oferecido por servidores lotados nas dezessete FLONAs beneficiadas pelo Projeto; servidores dos setores de Licitações, Contratos e Jurídico, quando se trata de aquisições e contratações; e coordenações técnicas de Plano de Manejo, Gestão Participativa e Consolidação de Limites, para a execução de quesitos técnicos.

Consideramos questionável a vantagem de se distribuir entre Unidades distintas a execução do Projeto, no caso ICMBio e SFB, ao invés da existência de dois Projetos distintos. No decorrer dos trabalhos, observamos uma considerável segmentação entre as ações executadas no âmbito do SFB e do ICMBio, fator que alongou o acesso a respostas relativas a ações do Componente 2.

Ao analisar as atividades executadas pelas Unidades de Execução do Projeto, encaminhadas em resposta à SA 201408045 – 06, comparativamente àquelas previstas inicialmente em Contrato de Doação e no Acordo em Separado, observamos um aparente enfoque dos servidores na execução de aquisições e licitações, o que pode significar uma baixa orientação ao acompanhamento do Projeto, um gargalo de produção, ou um processo natural na fase inicial do Projeto. Como o escopo desta auditoria restringe-se aos seus primeiros meses, não emitimos um posicionamento final a esse respeito.

Composição das Unidades de Execução do Projeto

Componente	Unidade	Qtd. de servidores
Componente 1	Gerência Executiva de Administração e Logística – GEAL (SFB)	01
Componente 2	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio	04*
Componente 3	Gerência Executiva de Capacitação e Fomento – GECAF (SFB)	03
Componente 4	Gerência Executiva de Informações Florestais – GEINF (SFB)	01
Componente 5	Laboratório de Produtos Florestais – LPF (SFB)	03
Componente 6	Gerência Executiva de Planejamento Florestal – GEPLAN (SFB)	02

Fonte: Resposta à Solicitação de Auditoria 201408045 – 06.

Foi relatada defasagem de pessoal nas Unidades de Execução no SFB, fato que acabou por requerer um maior desgaste executório da UCP. Recentemente foi realizado concurso para nomeação de novos servidores na Unidade e, como informado pelo gestor, alguns aprovados para o quadro de temporários serão alocados no SFB e direcionados ao suporte no Projeto.



Aproveitando o quadro de entrada de novos servidores, consideramos de extrema importância o enfoque na capacitação da força tarefa na temática de compras e aquisições, para que isso não gere um gargalo limitador futuro, considerando a baixa de outros servidores do quadro e a necessidade de aumentar o nível de execução do Projeto.



Outro aspecto que impactou a capacidade produtiva no Projeto, mais especificamente o acompanhamento de resultados, foi o tempo demandado para a contratação da Consultoria de suporte à gestão, devido à morosidade na publicação do Decreto Presidencial de regulamentação do Acordo de Cooperação Financeira Oficial e a lentidão na assinatura, por parte do MMA, do Mandato de Delegação do MMA autorizando o Banco a firmar a contratação diretamente com a empresa de Consultoria, assinado em 21/07/2014. Até o final de julho de 2014, o Decreto Presidencial permanecia pendente de assinatura e publicação.

- Avaliação de riscos, monitoramento e comunicação**

Para acompanhamento da execução do Projeto são utilizadas planilhas eletrônicas, operadas pela Unidade de Coordenação do Projeto – UCP, bem como sistemas internos às unidades executoras, e não foram relatadas situações que demonstrassem a existência de gargalos nesse aspecto, tendo em vista o tamanho relativamente pequeno do Projeto. Foi mencionada ainda a possível melhoria da sistemática de monitoramento do Projeto com o suporte da Consultoria contratada.

O monitoramento acontece por meio de acompanhamento direto das gerências responsáveis pelos componentes e a previsão orçamentária registrada no Plano Operativo Anual – POA também oferece suporte às atividades. São realizadas reuniões junto às gerências e, com base nessas, são obtidas informações atualizadas do andamento das ações previstas, identificados eventuais riscos e avaliadas as possibilidades de ajustes pela UCP e, por meio do relatório semestral de acompanhamento, é efetuado o registro dessas informações. Nesse sentido, a comunicação entre os gestores do Projeto tem sido satisfatória.

Conforme mensagem eletrônica, encaminhada em 15/09/2014, foi detalhado ainda que:

“O monitoramento do projeto, vem sendo feito através de reuniões e solicitações de informações pelo Componente 6 aos demais componentes do projeto. O componente 6 também é o responsável pela elaboração e implementação de um sistema de monitoramento do projeto. Com a contratação da consultoria, espera-se que o sistema de acompanhamento e monitoramento seja aperfeiçoado.

Em complemento, cabe destacar que o ICMBio monitora o andamento da execução do componente 2 através dos sistemas gerenciais informatizados: SGDoc; SIGICMBio e Sigma.”

Neste momento inicial das atividades, a fonte de informações limita-se às gerências que vêm executando as contratações e aquisições. À medida que as etapas iniciais forem sendo concluídas, consideramos necessária a inclusão de mais informações vindas do perímetro da BR 163 e da Região Purus Madeira no monitoramento.





1.1.4 Cumprimento de Cláusulas Contratuais

1.1.4.1 INFORMAÇÃO

Avaliação do Cumprimento das Cláusulas Contratuais e do Acordo em Separado.

Fato

As cláusulas de caráter contábil, financeiro e gerencial do Contrato de Doação e do Acordo em Separado foram devidamente atendidas, no exercício de 2013. A contribuição financeira vem sendo remetida conforme estabelecido, foi realizado o aporte de contrapartida nacional, não foram financiados impostos e encargos públicos, houve a comprovação da aplicação dos recursos e foi dado acesso à escrituração e arquivos de execução do Projeto.

Ainda, conforme estabelecido no Acordo em Separado, o cronograma vem sendo atendido dentro das limitações de execução do Projeto, conforme item 1.1.2.1, e demais aspectos relacionados ao custo total, às atribuições da consultoria de apoio à gestão, à aquisição de bens e serviços, a elaboração do relatório de progresso e à composição do Projeto estão adequados aos termos acordados.

1.1.5 Comprovante de Gastos junto ao Agente Financeiro

1.1.5.1 INFORMAÇÃO

Análise da primeira Declaração de Gastos do Projeto.

Fato

Com vistas a avaliar a correta prestação de contas ao KFW, avaliamos o suporte documental de gastos, a conversão de câmbio, a elegibilidade dos gastos efetuados. Complementarmente, efetuamos análises para verificação da correta aquisição e contratação de bens e serviços específicos.

A primeira prestação de contas do Projeto foi encaminhada ao KFW, em 13/11/2013, por meio do Ofício nº 305/ 2013/SECEXIMMA, e noticiado à Coordenação Geral de Programação Financeira – COFIN, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em 10/12/2013, por meio do Ofício nº 10/2013/GEPLAN/SFB/MMA.

Consta na referida documentação a carta de designação de representantes, conforme previsto em contrato, firmada por três partes autorizadas.

O ofício nº 121 /2013/DAF/SFB/MMA, de 11/11/2013, incluso na documentação supra, solicitou o reembolso de € 362.283,13, equivalente a R\$ 1.099.805,96, referente a despesas no âmbito dos Componentes 1 (Euro 18.009,86/R\$54.252,66) e 2 (Euro 344.273,27/ R\$ 1.045.553,30).

Despesas reembolsadas na 1ª Prestação de Contas do Projeto

Componente 1: Fortalecimento Institucional do Serviço florestal (despesa por serviços prestados)

Atividade 1.1: Elaboração de Projetos de Construção de Unidades Regionais e Escritórios Locais;

Execução 1.1.1 SFB;

Subatividade 1.1.1.1 Projetos de Engenharia (Altimetria. Sondagem do terreno etc.).

Componente 2: Implantação de Florestal Nacionais (FLONA's) (despesas com Material de Consumo, serviços prestados; e equipamentos e materiais permanentes – Bens)

Atividades 2.8 : Equipamentos para as Flonas e 2.10 Implementação de Conselhos Consultivos nas flonas;





As despesas realizadas estavam de acordo com o POA e enquadradas nas atividades previstas para o Projeto, conforme estabelecido no Cronograma do Projeto e na Matriz Lógica, figurando, portanto, como despesas elegíveis.

NL anexadas à primeira prestação de contas - SFB - Projeto BMZ KFW 2003.66658

NL	Data	Evento	UG	Valor
NL 01	30/10/2013	580521	440112	4.140,66
NL 03	31/10/2013	580521	440112	8.729,33
NL 05	31/10/2013	580521	440112	5.139,86
				€ 18.009,85
NL 02	30/10/2013	580206	440112	4.140,66
NL 04	31/10/2013	580206	440112	8.729,33
NL 06	31/10/2013	580206	440112	5.139,86
				€ 18.009,85
NL 08	31/10/2013	580204	440110	26.302,37
NL 05	30/10/2013	580204	440110	12.463,38
				R\$ 38.765,75

NL anexadas a primeira prestação de contas - ICMBio - Projeto BMZ KFW 2003.66658

NL	DATA	Evento	UG	VALOR
NL 01	01/11/2013	580204	447157/44207	1.045.003,30
NL 11	08/11/2013	580204	447157/44207	550,00
				R\$ 1.045.553,30
NL 09	11/11/2013	580206	440112	344.273,27
				€ 344.273,27
NL 07	05/11/2013	580521	440112	344.093,01
NL 08	08/11/2013	580521	440112	180,26
				€ 344.273,27

Cumpre observar que, conforme extrato da Conta Especial para reembolso do Projeto, consta crédito no montante de € 362.283,13, correspondendo ao primeiro reembolso realizado pelo KFW ao adiantamento da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme resposta à SA 201408045-09.

Por meio do Ofício nº 247/2011/SECEX/MMA, de 1º/12/2011, ficou acordado o seguinte cronograma de desembolso para financiamento do Projeto: data limite para a liberação financeira, dia 31/07; data limite para prestação de contas, dia 31/10; e data limite para desembolso do KFW, dia 15/12.

Conforme fluxo de rotina de adiantamento de recursos pelo Tesouro Nacional, anexo ao Ofício retro, as etapas são: Proposta de Programação Financeira -> Liberação Financeira -> Gasto->Prestação de Contas -> Pedido de Desembolso.

Ainda, conforme fluxo acordado, a solicitação de desembolso para o Tesouro Nacional ocorre na UG 440112 e a comprovação de gastos, na UG 440110. Os adiantamentos de receita devem ser realizados na fonte 95, a mesma em que deverá ocorrer o resarcimento pelo KFW, conforme fluxo retro, sob os eventos 58.0.204 (moeda nacional) e 58.0.521 (moeda



estrangeira) para comprovação de gastos e 58.0.206 (moeda estrangeira) para solicitação de desembolso.



Extrai-se da documentação que o adiantamento de recursos foi realizado somente à época do envio da Prestação de Contas, em novembro, e, a partir de extrações realizadas por esta SFC, observou-se que a fonte das receitas das despesas realizadas e da doação ocorreram na fonte 195. Ainda, a sistemática estabelecida por meio do Ofício nº 247/2011/SECEX/MMA não foi a mesma empregada nas despesas efetuadas no âmbito do ICMBio e do SFB.

O modelo previsto em contrato para o envio das declarações de gastos é aquele do Apêndice C, Anexo 06, do Acordo em Separado, enquanto o documento efetivamente encaminhado ao Banco foi outro utilizado comumente em operações de empréstimo. Conforme e-mail trocado entre o SFB e o KFW, de 26/11/2013, o Banco aceitou esse modelo, haja vista não haver prejuízo às informações necessárias e ao Projeto estar ainda em sua fase inicial.

Somos de opinião de que o formato encaminhado continha elementos necessários à identificação das despesas, mas que o formato previsto no acordo em separado auxilia inclusive no controle de entradas e saídas de recursos e deverá ser adotado na próxima prestação de contas.

Como informado pela unidade, foram utilizadas taxas de câmbios dos dias em que as despesas foram processadas para a elaboração da prestação de contas e solicitação de reembolso ao KfW, conforme indicado nas Declarações de Gasto do Projeto.

Conforme valor disposto nas Declarações de Gastos e Extrato da Conta Especial, o montante solicitado para reembolso foi de € 362.283,13 que, após conversão à taxa favorável às instituições brasileiras, gerou uma diferença a maior no valor de R\$ 66.765,72, à disposição do Tesouro Nacional, correspondendo ao dispêndio de 1.099.785,96, convertido à taxa da data da solicitação de reembolso, e ao reembolso de R\$ 1.166.551,68, convertido à taxa da data do depósito na Conta Especial.

Conforme previsão contratual, o primeiro desembolso na modalidade direta ocorrerá somente após a contratação da Consultoria de apoio à gestão.

Foram verificadas as contratações das despesas relacionadas nos itens 1.1.8.1 e 1.1.9.1, no montante total de R\$ 1.193.603,77, incluindo despesas ainda não reembolsadas, ou R\$ 1.109.605,06, referentes somente àquelas reembolsadas, para as quais não foram identificadas irregularidades. Fomos informados ainda que houve vistorias de funcionários do próprio KFW aos autos de alguns processos, no âmbito do SFB e do ICMBio.

No que se refere à contrapartida, o item 7.3 do Contrato prevê que a “*Beneficiária, por intermédio do MMA, e o Co-Executor deverão: a) assegurar o aporte de contrapartida nacional necessário para o financiamento completo do Projeto e comprovar ao KfW, caso este assim o solicite, a disponibilidade dos mencionados recursos;*”.

Conforme consta no relatório de avanço, em 2013, a contrapartida do governo brasileiro se deu na forma de elaboração de termos de referência, execução de processos licitatórios, acompanhamento de execução financeira e de obras, bem como nas custas com diárias e passagens e despesas de custeio com os servidores públicos envolvidos no projeto.





Oportuno observar a conveniência de se acordar junto ao KfW a necessidade de mensuração financeira da contrapartida, a fim de evitar futuras defasagens de controle, caso o Banco venha a requerê-la, a despeito de ter sido informado que o ICMBio já vem mensurando a contrapartida não financeira relativa ao componente 2, com o auxílio de “sistema implementado no ICMBio” que “identifica quanto de recurso foi para cada Flona beneficiada pelo projeto”.

Após o encaminhamento do Relatório Preliminar desta auditoria, foi informado que o Coordenador Executivo do projeto “orientou a Consultoria de Apoio à gestão que uniformize os procedimentos de mensuração da contrapartida não financeira nas duas instituições envolvidas no projeto”.

1.1.6 Demonstrações Financeiras

1.1.6.1 INFORMAÇÃO

Avaliação das Demonstrações Financeiras Básicas do Projeto.

Fato

Os instrumentos de controle e demonstração financeiros utilizados para coordenar o Projeto são os Planos Orçamentários Anuais e os próprios formulários para reembolso, além de outros mantidos pelos coordenadores. Consideramos que aqueles apresentados para o exercício de 2013 foram suficientes para assegurar a regular aplicação dos recursos, o que não impede a adoção de outros a critério dos gestores do Projeto.

1.1.7 CONTROLES PATRIMONIAIS

1.1.7.1 INFORMAÇÃO

Gerenciamento e publicidade do controle de Bens Patrimoniais do Projeto.

Fato

No exercício de 2013, foram adquiridos 11 veículos para utilização em FLONAs específicas. Inicialmente foi encaminhada listagem com informações de números de notas fiscais, números de patrimônio e números de série de cada um dos automóveis. Em análise ao Memorando nº 90/2013-PROJETOS ESPECIAIS/DIPLAN/ICMBio, de 18/10/2013, em que foram apensados 10 termos de transferência interna e 1 termo de responsabilidade, observamos a ausência de assinatura de recebimento dos veículos em 8 FLONAs.

Em resposta à SA 201408045-05, foi encaminhado o Ofício nº 67/2014-DIPLAN-ICMBio, de 05/08/2014, em que foram anexados termos de transferência atualizados, relatórios de uso de alguns dos bens e informado que o tombamento e a transferência interna são de responsabilidade do setor de controle de bens do ICMBio e a utilização desses “é de responsabilidade dos gestores das FLONAs e devem ser utilizados no apoio à sua gestão, a exemplo: nas atividades de conselho, fiscalização, capacitação, transporte das equipes, transporte de materiais dentre outras”.



Termos de transferência e Relatórios de uso de veículos

FLONA	Estado	Termo de transferência assinado	Relatório de uso
FLONA CREPORI	PA	✓	✓
FLONA TRAIRÃO	PA	✓	✓
FLONA JAMANXIM	PA	✓	
FLONA AMANA	PA	✓	
FLONA ITAITUBAI	RO	✓	
FLONA BALATA TUFARI	RO	✓	✓
FLONA JATUARANA	RO	✓	✓
FLONA JACUNDÁ	RO	✓	✓
FLONA MACAUA	RO	✓	
FLONA BOM FUTURO	RO	✓	✓
FLONA MAPIÁ INAUANI	RO	✓	✓



Enfatizamos a necessidade da manutenção das informações pertinentes ao uso dos bens e de sua manutenção em processo e junto aos coordenadores do Projeto, na medida do exequível, a fim de dar publicidade de sua eficiente utilização, haja vista o benefício inquestionável às unidades que receberam os bens, conforme trecho extraído de um dos relatórios de utilização, em que o gestor local claramente expõe: “Acreditamos que a entrega do veículo foi fundamental para a melhoria na gestão, pois permitiu a realização de atividades que antes eram dependentes de veículos antigos, com problemas mecânicos crônicos e carentes de constantes reparos nas oficinas autorizadas”.

1.1.8 Gerenciamento dos deslocamentos

1.1.8.1 INFORMAÇÃO

Ausência de pagamentos de diárias e passagens para a Coordenação do Projeto e pagamento de deslocamentos para reuniões de Conselhos em FLONAS

Fato

No exercício de 2013 não houve pagamento de diárias ou passagens no âmbito do Projeto. Todavia, o Projeto apoiou a realização da reunião dos conselhos consultivos das FLONAS Itaituba I e II, para as quais foram realizados gastos no montante de R\$5.241,00, referentes ao pagamento de refeição, transporte e hospedagem, todos foram contratados após pesquisa de preços, conforme previsto no item 3.4, das Normas de contratação de fornecimento de bens e serviços do KfW.

Verificamos que a documentação de suporte das contratações está devidamente arquivada em processos numerados, onde constam os convites, as propostas das empresas participantes do certame, ordem de compra local, notas fiscais devidamente atestadas pelo projeto, bem como, ata da reunião ocorrida e foto do evento.



1.1.9 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS

1.1.9.1 INFORMAÇÃO

Gerenciamento de Contrato de Consultoria de Apoio à Gestão.



Fato

Em dezembro de 2012, o projeto iniciou o processo de contratação de consultoria especializada em funções técnicas e administrativas, para apoiar a Coordenação Executiva do Projeto na implementação do mesmo.

A consultoria desenvolverá as seguintes atividades: Integrar e apoiar, nas funções técnicas, operacionais, administrativas e financeiras; Apoiar na elaboração dos termos de referência para aquisição de obras, bens e serviços; Acompanhar, dos pontos de vista técnico e formal a licitação contratação, fiscalização e aceitação de bens e serviços; Assessorar na gestão técnico-financeira e de acompanhamento e avaliação das ações e dos impactos do Projeto; e executar sob sua responsabilidade, diversas atividades de planejamento de estudos, com base nas demandas especificadas nos termos de referência acordados com o projeto.

Para essa contratação o KfW exigiu, na qualidade de doador, que fossem utilizadas as normas de licitação do Banco, conforme autorizado no Artigo 42, 5º da Lei 8.666 e previsto no Contrato de Contribuição Financeira e do Acordo em Separado (itens II.1 e II.2) e também no Termo de Referência e Instruções de Licitação para Serviços de Consultoria de Longo prazo – Item 82, onde para a realização do certame é prevista uma fase de pré-qualificação dos interessados em participar do certame quando é publicado um edital para que as empresas comprovem estarem aptas a cumprir o objeto.

Outra fase ocorre quando as empresas selecionadas são convidadas a apresentarem as propostas técnicas e financeiras para serem avaliadas e só após essa avaliação é declarada a vencedora e posterior assinatura do contrato.

Para o certame em análise na fase de pré-qualificação, participaram cinco empresas, quatro delas selecionadas para a segunda fase, conforme publicação no Diário Oficial da União nº 68 do dia 10/04/2013. O resultado da pré-qualificação obteve a Não Objeção do KfW.

No processo examinado não constava a documentação referente à pré-qualificação das empresas, bem como as propostas encaminhadas, fichas de avaliação e planilha de apuração, o que foi disponibilizado a CGU após solicitação de auditoria.

É necessário que o projeto inclua no processo a documentação que trata da pré-qualificação a fim de que fique registrado como se deu a escolha das empresas para apresentação das propostas, e sejam preservados os princípios da transparência e da impessoalidade em todo o processo de seleção.

O projeto ainda contou com o apoio de perito denominado “Tender Agent”, pago pelo Ministério Alemão da Cooperação Econômica e Desenvolvimento, que tinha como atribuições prestar assessoramento ao Projeto na elaboração, análise, avaliação das ofertas técnicas e financeiras, na resposta às consultas, na revisão do contrato de prestação de serviços e no apoio às comunicações necessárias no âmbito da licitação no que se refere às normas do Banco doador.





Durante o processo de seleção ocorreram vários recursos das empresas concorrentes e uma dessas empresas solicitou a suspensão do certame via mandado de segurança junto à Justiça Federal Brasileira, o que foi indeferido.

O resultado final da concorrência ocorreu em 25 de fevereiro de 2014, após a não objeção do KfW, tendo sido publicado no Diário Oficial da União.

Em 21/08/2014 ocorreu a contratação da consultoria feita pelo KfW em nome do MMA, tendo em vista que o Ministério, por intermédio do documento denominado Contrato de Mandato, deu poderes ao KfW para assinar o contrato de consultoria em seu nome.

Ressaltamos a importância da consultoria para a execução do projeto, todavia, é necessário que os Comitês Executivo e Estratégico avaliem periodicamente a qualidade e a utilidade do serviço prestado pela consultoria, reportando-se ao Banco sempre que necessário.

1.1.10 Contratação de Pessoas Jurídicas

1.1.10.1 INFORMAÇÃO

Avaliação de Processos de Aquisição.

Fato

O presente item tem como objetivo avaliar a gestão de compras e contratações realizadas para o Projeto em 2013, verificando especialmente se os processos de aquisição e pagamento de bens e serviços foram conduzidos de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e julgamento objetivo, bem como observaram as normas e procedimentos do Agente Doador e da Legislação Nacional aplicável.

As aquisições para o Projeto seguem a subdivisão dos 6 componentes, sendo que os de número 1, 3, 4, 5 e 6 estão sob a responsabilidade do Serviço Florestal Brasileiro - SFB e o de número 2 sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

A amostra dos processos a serem analisados foi realizada utilizando o critério da materialidade, resultando na seleção dos processos abaixo relacionados, equivalendo a aproximadamente 55% das contratações:

Processo nº	Responsável	Modalidade de Contratação
02209.014214/2013-85	SFB	Pregão
02209.021335/2013-83	SFB	Pregão
02209.024686/2013-20	SFB	Pregão
02070.003364/2013-76	ICMBio	Adesão a Ata de Registro de Preços Pregão

Os três primeiros processos foram conduzidos no âmbito do SFB, que utilizou sua estrutura organizacional para realizar as aquisições. Todo o processo de contratação por pregão é normatizado em um fluxo disponível para os servidores na Intranet do órgão, além disso, os





Nesses processos houve pagamento apenas para o Processo nº 02209.024686/2013-20, no qual verificamos que os serviços prestados foram devidamente atestados pelo Projeto na nota fiscal emitida pela empresa prestadora dos serviços.

O Processo nº 02070.003364/2013-76 trata de aquisição pelo ICMBio de 11 camionetes. Para tanto, o Instituto fez a adesão a Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico nº 19/2011, realizado pelo Ministério da Saúde.

Verificamos ainda que os veículos foram adquiridos a preços compatíveis com os de mercado, sendo então, patrimoniados e distribuídos para 11 Unidades de Conservação – UC.

Constam no processo os Termos de Transferência Interna das camionetes do ICMBio para as suas UC, bem como os Certificados de Registro e os documentos de Licenciamento de Veículo, documento emitido pelo DETRAN, em que consta o ICMBio como proprietário dos veículos.

Com base nas análises realizadas nos processos selecionados, constatamos, que os mesmos estão devidamente formalizados, instruídos com a documentação de suporte válida e que as aquisições foram realizadas em observância às normas do KfW e da Legislação Nacional. Verificamos ainda que as aquisições correspondem a atividades elegíveis ao Projeto.

Cabe ressaltar que, quanto às normas do KfW não foi identificada nos processos a Declaração de Compromisso prevista no item 1.2 das Normas para Contratação de Bens e Serviços na Cooperação Financeira Oficial com Países em Desenvolvimento, Anexo 5, do Acordo em Separado.

Em resposta à Solicitação de Auditoria, a referida declaração não foi considerada necessária pelos gestores, uma vez que no processo de contratação nº 02209.004686/2013-20 observou-se a legislação brasileira, conforme previsto no Acordo em Separado do projeto, em seu artigo 3º (Aquisição de Bens e Serviços), item 3.1, e, neste caso, a utilização das Normas para Contratação de Bens e Serviços na Cooperação Financeira Oficial com Países em Desenvolvimento caberia subsidiariamente, quando houvesse lacunas ao processo licitatório. Justificativa acatada por esta equipe.

IV – CONCLUSÃO

Com base nas análises realizadas, consideramos que o Projeto vem sendo satisfatoriamente executado e coordenado, apesar de sua baixa execução inicial, e que as demonstrações financeiras vêm atendendo adequadamente os princípios contábeis e normas de auditoria internacional vigentes.

Consideramos oportuna a implementação de melhorias com vistas ao aprimoramento da gestão, conforme aspectos abordados ao longo do relatório, em especial, a revisão dos



indicadores de acompanhamento de resultado a fim de incrementar a futura checagem de efetividade do Projeto, conforme abordado no item 1.1.2.2.

Brasília/DF, 24 de setembro de 2014

